

POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO TURÍSTICO - A EXPERIÊNCIA MINEIRA NA IMPLANTAÇÃO DOS CIRCUITOS TURÍSTICOS

Jaisa Gontijo Bolson¹

RESUMO: Este artigo propõe fazer uma reflexão sobre a interface das políticas públicas de turismo com o planejamento turístico sustentável e regional. Além disso relata a implantação da política pública de regionalização do turismo adotado pelo estado de Minas Gerais, denominada circuitos turísticos.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; planejamento turístico sustentável; planejamento turístico regional; circuitos turísticos.

Introdução

O planejamento da atividade turística no âmbito governamental ainda é muito recente. Um estudo das políticas públicas federais de turismo em vigor no país até o presente momento mostra que somente a partir de 1991 com a reestruturação da Embratur (BRASIL, 1991), foram iniciadas ações visando o planejamento integrado do setor. Em 29 de novembro de 1991, por iniciativa da Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República, através da EMBRATUR e SUDENE foi elaborado o Programa de ação para o desenvolvimento do turismo no Nordeste – PRODETUR NE. (BRASIL, 1991)

O Prodetur refletiu na organização turística dos estados e municípios do nordeste. Seu objetivo central foi desenvolvimento turístico regional, estruturado e concebido pelo Governo Federal com a participação dos estados. Financiou a implantação de infraestrutura para dar suporte ao turismo propiciando os investimentos da iniciativa privada na implantação de equipamentos turísticos.

Outro marco importante ocorreu durante o governo do Presidente Itamar Franco com a Portaria 130, de 30 de março de 1994, do Ministério da Indústria, Ciência e Tecnologia que criou o comitê executivo do Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT. (CRUZ, 2000). Porém o PNMT só foi oficializado em 1996, com o Plano Nacional de Turismo - PNT, no governo Fernando Henrique Cardoso. Fica clara no

PNT a preocupação com o planejamento das regiões turísticas e a descentralização de informações e estratégias. Os programas Prodetur NE e PNMT foram duas ferramentas utilizadas para esse fim.

A estrutura do Programa Nacional de Municipalização do Turismo era em nível federal, composta pelo Comitê Executivo Nacional e pela Coordenação Geral do PNMT, em nível estadual, composta pelo Comitê Estadual e em nível municipal, através do Conselho Municipal de Turismo. Essa forma de organização descentralizada permitiu o fortalecimento dos órgãos estaduais e municipais na criação de suas secretarias e conselhos municipais de turismo e conseqüentemente na elaboração de seus planos de desenvolvimento turístico.(BRASIL,1996)

O PNMT teve um papel importante no cenário da época devido aos seus objetivos e resultados atingidos, pois visava estimular a participação da comunidade na elaboração e na gestão da estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável, a partir da capacitação e da sensibilização de agentes locais sobre a importância do turismo como gerador de postos de trabalho e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e manutenção do patrimônio histórico, ambiental e cultural.(BRASIL,1996)

Segundo Cruz (2000), até 1996, as políticas eram centradas em ações pontuais desenvolvimentistas como o fomento para ampliação do parque hoteleiro e a regulamentação e fiscalização das agências de viagens. Em 2003 é criado o primeiro Ministério de Turismo do Brasil, que incorpora a Embratur (BRASIL, 2003), demonstrando pela primeira vez na história do país o reconhecimento do turismo como uma atividade econômica importante que necessitava de planos, programas e projetos específicos para sua organização e fomento.

Seguindo essa tendência do planejamento turístico regional, em 2003 o Ministério de Turismo do Brasil, lançou o Plano Nacional de Turismo (2003-2007) e definiu como um dos seus programas estruturantes o “Programa de Regionalização do Turismo”. Segundo o programa, no primeiro momento, o foco das políticas públicas nacionais de turismo estavam centradas apenas no município, o que o programa defende nesse segundo momento é a atividade turística com o foco na região.

¹ Jaisa Gontijo Bolson é bacharel em turismo com especialização na área e mestranda em Turismo e Meio Ambiente no Centro Universitário UNA – Belo Horizonte.

Alguns estados do Brasil já haviam iniciado essa política de regionalização na década de 90. Esse artigo propõe relatar e analisar a experiência de Minas Gerais na implantação da política pública de regionalização do turismo denominada – Circuitos Turísticos. Para embasar esse artigo foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os conceitos básicos do planejamento turístico sustentável e planejamento turístico regional. Além disso, para relatar a experiência mineira, a pesquisa documental foi fundamental, pois não existe um plano único que relata a experiência dos Circuitos Turísticos, e sim vários documentos fragmentados, cada um registrando um momento de sua implementação.

2- Premissas do Planejamento Turístico Sustentável

O planejamento da atividade turística, apesar de uma prática recente no Brasil nas organizações públicas, é objeto de estudo de vários autores. Segundo Ruschmann:

“O planejamento é uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos. Ele tem por objetivo o provisão de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda seus desejos e necessidades (...) No turismo, o plano de desenvolvimento constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para evolução harmoniosa da atividade, determinando suas dimensões ideais, para que, a partir daí, possa-se estimular, regular ou restringir sua evolução.” (Ruschmann: 1997:84)

Segundo Beni:

“Planejamento é raciocínio sobre os fundamentos do turismo, este conceito contém três pontos essenciais e distintos: Estabelecimento de objetivos; definição de cursos de ação e determinação das necessidades e recursos. É, pois, um processo contínuo, permanente e dinâmico; é ele que mantém o sistema de turismo em contínua operação, pois sofre uma perene realimentação, já que a atividade apresenta enorme interdependência e interação de seus elementos componentes.” (Beni: 1999:80)

Para (Dias: 2003) o planejamento do turismo deve ser visto como um meio para que os destinos alcancem a sustentabilidade econômica, sociocultural e ambiental dos locais. O caminho para desenvolvimento turístico sustentável passa por um planejamento baseado em princípios preservacionistas, co-responsabilidade, participação da comunidade local, descentralização e parcerias.

“O desenvolvimento da atividade turística qualificada de *sustentável* exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrados em parceria, co-responsabilidade e participação”. (Irving: 2002:17)

Irving (2002) destaca que a proposta de participação da comunidade vem como uma quebra de paradigmas aos modelos tradicionais de administração centralizada. O modelo centralizador já não é eficaz, pois o poder público não é mais capaz de assumir, por si mesmo, responsabilidades que historicamente concentrava.

A participação da comunidade local no planejamento turístico pode garantir a sustentabilidade do processo diante das discontinuidades das políticas públicas. Para Becker (1997) a participação social no processo de tomada de decisões constitui pré-requisito a sustentabilidade e legitimidade de todo e qualquer projeto planejado e implementado sob a denominação conceitual de sustentável.

Outro aspecto relevante da participação da comunidade no processo de desenvolvimento turístico se dá através da divisão de responsabilidades. Os atores locais passam a compreender melhor o papel do estado, do setor privado e o seu próprio papel, assumindo assim suas respectivas responsabilidades. A co-responsabilidade só é possível mediante a um processo efetivo de participação na tomada de decisões políticas.

“Nesse sentido, se abre à possibilidade de um engajamento efetivo dos diversos atores envolvidos e o desenvolvimento de uma postura pró-ativa na resolução de problemas sob a ótica da co-responsabilidade. Da mesma forma, o processo permite a avaliação realista do custo-benefício das intervenções propostas e, principalmente, a apropriação do projeto pelo próprio beneficiário, ponto fundamental para sustentabilidade desejada”. (Irving: 2002:38)

Para Molina (2003), em sua reflexão sobre o “pós-turismo”, a descentralização e a participação são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento turístico deste milênio.

“A descentralização das decisões contribui para um verdadeiro desenvolvimento do turismo, para a criação de estruturas de comunicação complexas, que impliquem as responsabilidades e os direitos de todos aqueles que se julgam ou são afetados pelo desenvolvimento turístico. A descentralização facilita um enfoque integral, mais apto para

detectar, recolher, processar e concretizar idéias e conceitos que desemboquem em inovações estruturais, funcionais e de produtos turísticos.” (Molina: 2003: 130)

Segundo Silveira (2002) o planejamento do turismo integrado tem como princípio e objetivo a descentralização, a sustentabilidade, as parcerias, a mobilização de todos os atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo. Isso poderá minimizar os efeitos prejudiciais ao meio ambiente e aumentar seus benefícios para economia e para as sociedades locais.

2.1 – Premissas do Planejamento Turístico Regional

O planejamento regional do turismo ganhou importância e atenção nas últimas décadas por parte do poder público em função da própria evolução da atividade turística. As políticas públicas de desenvolvimento turístico regional são responsáveis por orientar o planejamento e ordenamento do território. Segundo Silveira (2002) principalmente a partir da década de 80 a atividade turística passou a ser um setor considerado na determinação das políticas públicas e de desenvolvimento econômico de diversos países. Uma atividade que não era vista como importante passa a ser uma opção estratégica para os governos nacionais e principalmente para os países em desenvolvimento como o Brasil.

A interface entre os setores da atividade turística, que se mantém através do seu efeito multiplicador, ocorre nos âmbitos locais e regionais. Isso beneficia economicamente vários atores, ligados direta e indiretamente ao setor de turismo, que se localizam ao longo dos territórios.

“Embora o turismo seja considerado por muitos uma atividade privada, e o processo de globalização esteja afetando a ação do Estado na sociedade contemporânea, os governos continuam a exercer um papel fundamental no seu desenvolvimento, seja através de elaboração de diretrizes para o setor, seja por meio do planejamento turístico.” (Silveira :2002:53)

O planejamento turístico regional é definido segundo Beni (1999):

“Como um conjunto de pólos de desenvolvimento turístico hierarquizados, unidos por uma infra-estrutura comum, em sua totalidade, contribuem para dinamizar o

desenvolvimento econômico e social de extensas partes do território nacional.” (Beni:1999:80)

Para Hall (2001) as “regiões de turismo” estão sendo desenhadas não apenas para responder às demandas dos turistas, mas como resposta ao problema econômico provocado pela reestruturação da economia mundial e pelo aumento da competitividade territorial no contexto da globalização.

Beni (2003) dá uma nova conceituação à regionalização turística em sua publicação *Globalização do Turismo-megatendências do setor e a realidade brasileira*. Trata as regiões turísticas como “Clusters Turísticos”, que segundo ele é o esforço, mobilização, comunicação, engajamento, interação e sinergia no arranjo produtivo para a consolidação do desenvolvimento sustentável. Revela-se no conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, concentrado num espaço geográfico delimitado, dotado de equipamentos e serviços de qualidade e excelência gerencial em redes de empresas que geram vantagens competitivas.

Silveira (2002) alerta que como os demais setores da economia, a estratégia de implantação da regionalização do turismo deve levar em conta que nem todas as regiões oferecem as mesmas condições de desenvolvimento turístico. Nem todas as regiões apresentam as mesmas vantagens comparativas – recursos naturais diversificados, ótima qualidade paisagística, fácil acessibilidade e etc – e vantagens competitivas – localização espacial estratégica, infra-estrutura de apoio, recursos humanos especializados e etc.

Segundo Smith (apud Silveira :2002:76) as regiões turísticas são criadas por razões que visam, principalmente, os seguintes objetivos : a exploração do potencial turístico regional através da implantação de infra-estruturas básicas e da construção de novos complexos e/ou pólos turísticos, a ampliação do mercado turístico nacional e internacional, a promoção e o marketing turístico dos lugares atrativos situados em uma determinada região, o planejamento e desenvolvimento regional.

Outro papel da regionalização turística, segundo Pearce (apud Silveira :2002:76), é utilizá-la na tentativa de reduzir as desigualdades econômicas e sociais entre diferentes localidades que integram uma determinada região de destino, buscando uma melhor

distribuição dos benefícios econômicos vindos do turismo, resultando na criação de emprego e renda.

3 - Estudo de Caso : Política Pública de implantação dos Circuitos Turístico em Minas Gerais.

3.1 - Criação da Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais

O Governo do Estado de Minas Gerais cria em 28 de outubro de 1999, através da Lei nº 13.341, a primeira Secretaria para tratar exclusivamente do Turismo no Estado.

“Art.19 – A SETUR tem por finalidade planejar, coordenar, fomentar e fiscalizar o turismo, objetivando a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do Estado”

A criação da SETUR deu início a construção de uma política pública de turismo baseada na descentralização e regionalização, com a participação ativa da sociedade para definição das prioridades necessárias, para o desenvolvimento do turismo. Estabeleceu-se uma metodologia de indução ou estímulo para que as comunidades localizadas em determinados espaços geográficos se envolvessem de modo consciente e ativo na formação de Circuitos Turísticos. A integração das comunidades e a gestão integrada dos recursos para promover e desenvolver o turismo foram as bases para o desenvolvimento de um metodologia inovadora para a indução à formação dos Circuitos Turísticos em Minas Gerais.

3.1.1 – Metodologia de Implantação da Política Pública dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais

A decisão de regionalizar e descentralizar a atividade turística em Minas Gerais ocorreu devido a grande extensão territorial do Estado que é de 588.383,6 km² e por abrigar o número significativo de 853 municípios. Minas Gerais é maior em área geográfica do que a França (550.00 km²) e também Itália (301.300 km²).

“A diversidade da oferta turística do Estado, e sua extensão territorial não poderiam ser comprimidas em um plano de desenvolvimento turístico centralizado e que até então só contemplava as regiões termais e sítios históricos, em

detrimento de sua extensão territorial, seus valores culturais, da expansão do Ecoturismo, Turismo Rural e outras modalidades, nas quais o Estado é rico. Introduzindo o conceito dos Circuitos como novos destinos turísticos, a oferta aumentou bastante, sendo divulgada pelo então lançado Programa Descubra Minas, procurando alcançar também os próprios habitantes do Estado, que não imaginavam a existência e importância desta riqueza.” (Setur:2001:2)

Segundo Costa (2001) a partir da constatação de que ante a multidiversidade de atrativos turísticos, da excepcional localização geográfica, do inestimável acervo de patrimônio histórico-cultural e natural, a permanência e o fluxo de turistas a Minas eram muito pequenos e, mais ainda, que o próprio mineiro não conhecia seu Estado, conforme pesquisas, caminhou-se para a criação dos circuitos turísticos.

Segundo Brandão (2001) esse foi o modelo que permitia a integração dos diversos atrativos, equipamentos e serviços de uma região e conseqüentemente o aumento da taxa de permanência e a renda gerada pela atividade. A reorganização do espaço geográfico possibilitou construir uma política pública democrática, sem a exclusão dos municípios menores que não possuem infra-estrutura turística, mas oferecem atrativos únicos que podem ser explorados de forma ordenada e organizada pelos membros do Circuito.

“Esta política coloca várias exigências: a superação do turismo mineiro, no que se refere aos atrativos que têm sido enfatizados. Ela demanda uma articulação nova de seus espaços geográficos e entre os atores envolvidos, das empresas e das autoridades municipais; exige uma avaliação precisa dos mercados que se pode alcançar e, sobretudo, a renovação das práticas que caracterizavam a atividade turística, superando-se os entraves à sua expansão.” (Costa:2001:6)

Oficinas Participativas

Em fevereiro de 2001 a Secretaria de Turismo de Minas Gerais iniciou as *Oficinas Participativas* para construção da política pública de turismo. As oficinas participativas foram ferramentas de um processo de sensibilização e despertar do próprio poder público e das comunidades locais.

“Os circuitos estão nascendo das oficinas de desenvolvimento do turismo, realizadas em parceria com outros órgãos públicos e a iniciativa privada, além do Ministério do Esporte e do Turismo. Nas oficinas os municípios apresentam suas identidades, despertam os

interesses para o associativismo e traçam planos de ações para desenvolver o turismo em cada microrregião. Nessas reuniões, todos os parceiros assumem responsabilidades compartilhadas”. (Brandão: 2001:7)

O eixo central das oficinas era a organização regional para o desenvolvimento turístico, seguindo a orientação técnica e conceitual da Organização Mundial de Turismo. Foi utilizada a tempestade de idéias e o trabalho em grupo como métodos básicos, tendo a visualização de documentação de discussões orientadas por dois moderadores credenciados pela Embratur, o que possibilitou um trabalho participativo.

“O objetivo principal da oficina foi a obtenção de subsídios, junto a representantes das comunidades, para a elaboração de um plano de desenvolvimento turístico para a região. Além disso, a realização da oficina buscou o alcance de mais dois importantes objetivos: estimular as representações municipais para a formação e operacionalização de circuitos turísticos e mobilizá-las para assumir de forma efetiva e integrada as funções de planejamento e gestão do desenvolvimento turístico regional.” (SETUR:2001:2)

As oficinas tinham a duração de dois dias. Eram iniciadas por uma palestra do então Secretario de Estado do Turismo Manoel Costa. Sua palestra focava a organização regional e a “cadeia produtiva do turismo”. Tendo por base as orientações da palestra, os municípios se dividiam em grupos de acordo com afinidades culturais, sociais, econômicas e limitações experiência de cada município e contextualizando-o regionalmente. Os participantes destacavam a importância do turismo em seus municípios, os pontos fortes e fracos, os entraves e as oportunidades, a regionalização como opção para o desenvolvimento turístico, o papel de cada participante, as parcerias, as prioridades, e os próximos passos para geográficas. Com tal enfoque o trabalho buscou discutir a atividade turística, explorando a implementação do processo. Finalizando foram realizadas plenárias onde todos os participantes se reuniam novamente para apresentação dos resultados de cada grupo. Geralmente os grupos já saíam das oficinas sensíveis à questão de se organizarem regionalmente e pré agendavam reuniões para implementação dos encaminhamentos definidos nas oficinas. Nasceram a partir daí os Circuitos Turísticos.

3.1.2- Sobre o conceito de Circuitos Turísticos

Circuito Turístico é um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sócias e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional.

Segundo Brandão (2001), os circuitos compreendem determinada área geográfica, caracterizada pela predominância de certos elementos da cultura, da história e da natureza, que são forte elemento de sedução para o viajante, além da identidade entre os municípios que se consorciam para complementar os atrativos e equipamentos turísticos com objetivo de ampliar o fluxo e a permanência dos turistas, com conseqüente geração de emprego e renda.

Segundo o Relatório de Gestão da Setur (2002) os circuitos turísticos podem ser caracterizados como um destino turístico formado por municípios de uma mesma região, com afinidade para a exploração da atividade turística. Tendo por base um pólo com maior capacidade de atração e dotado de uma melhor infra-estrutura de atendimento, o Circuito Turístico agrega outros pontos atrativos, permitindo ao visitante a oportunidade de conhecer melhor a região e o seu potencial.

Segundo Bolson (2004) os Circuitos Turísticos podem ser identificado conforme as características e funções como mostram os quadros abaixo:

Quadro 1- Características dos Circuitos Turísticos

Aspectos geográficos: região geográfica limitada com características culturais, físicas e sócias que criam uma sensação de identidade regional.
Aspectos multitemáticos: os circuitos oferecem uma diversidade enorme de atrativos pois os municípios tem características distintas (rural, ecológico, saúde, eventos, religioso, negócios, cultura, gastronomia e etc).
Aspectos da oferta diversificada de infra-estrutura e serviços: possuem infra-estrutura turística variada e com diversas opções de preços. Os centros turísticos possuem equipamentos e serviços mais sofisticados, enquanto as unidades turísticas são mais rudimentares nesse quesito (hotéis, pousadas, albergues, restaurantes, postos de informação turística, sinalização turística, etc.).
Aspectos da demanda diversificada: possuem demanda variada e atendem todas as classes sociais de acordo com as características locais. A maioria dos turistas é doméstica e a localização estratégica do estado cria condições favoráveis para visitaçao de pessoas de diversas partes do país.

Funções e Atividades dos Circuitos Turísticos

- Promover a integração e participação social das comunidades locais, gerando troca de experiências e conhecimentos para elaboração do planejamento turístico regional;
- Diminuir as distâncias entre os municípios e o estado;
- Mobilizar a sociedade no sentido de engajamento, em educação, hospitalidade e na compreensão da atividade turística;
- Induzir a conscientização para preservação dos patrimônios históricos, culturais e ambientais;
- Promover a integração econômica através das ações compartilhadas da iniciativa privada regional;
- Auxiliar a iniciativa privada na elaboração de novos roteiros potencializando o receptivo local;
- Promover a integração entre governos e empresários;
- Assegurar reserva de mercado para mão de obra local;
- Elaborar plano de marketing e promoção da região;
- Interagir com instituições diversas de ensino, capacitação profissional, terceiro setor, possibilitando parcerias lucrativas nos diversos setores do turismo;
- Auxiliar na proposição de novas oportunidades de negócios para os investidores;
- Reunir e disponibilizar dados e informações sobre a região;
- Dinamizar a comunicação entre os diversos setores envolvidos na cadeia produtiva do turismo regional;

3.1.3 - Gestão dos Circuitos Turísticos

O Circuito Turístico é administrado por uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regida por um estatuto, formada por membros da sociedade civil e do poder público; e por um profissional (gestor) contratado para executar as ações necessárias.

“Os circuitos não são associações microrregionais de prefeitos, mas uma forma de organização de todos os atores do cenário turístico, governantes, iniciativa privada, escolas e outros setores da economia. Cada circuito cria uma associação e contrata um gestor. Este não será ônus para o poder público pois será remunerado com as promoções realizadas para aumentar o fluxo e a permanência dos visitantes.” (Costa: 2001:2)

O monitoramento da gestão dos circuitos turísticos por parte da Setur ocorreu através da divisão do seu corpo técnico para o acompanhamento direto das ações definidas pelos municípios. Cada Circuito tinha um “padrinho” ou “madrinha” da SETUR que eram responsáveis por levar as demandas locais a Secretaria. Além disso, foram realizadas Oficinas de Monitoria do Processo dos Circuitos Turísticos.

“A oficina começou com um diagnóstico sobre o processo de consolidação dos circuitos, para saber quais os passos que já foram dados por cada instituição e quais são os “padrinhos e madrinhas” que acompanham e auxiliam o processo de implementação dos circuitos.” (Setur:2002:8)

Gestor dos Circuitos Turísticos

Segundo a Secretaria de Estado do Turismo o Gestor dos Circuitos Turísticos é um executivo subordinado à diretoria do Circuito Turístico. Elo de ligação entre Circuito Turístico / Secretaria de Estado do Turismo/ municípios/ comunidades e parceiros; Além disso deve ser: profissional do turismo ou empreendedor, versátil, dinâmico, comunicativo, carismático, com espírito de liderança, que resida na região que abrange o Circuito.

3.1.4 – Certificação dos Circuitos Turísticos

O governador Aécio Neves, ao assumir o governo do Estado de Minas Gerais em 2003 deu continuidade à política pública dos Circuitos Turísticos através da Setur. Um dos primeiros atos do governador foi o Decreto Lei 43.321, em 08 de junho de 2003 que institucionalizou os Circuitos Turísticos. Esse foi um passo importante para legitimar os Circuitos Turísticos mineiros. Além disso elegeu os Circuitos Turísticos como uma das três prioridades do atual governo para o desenvolvimento do turismo.

Outro passo fundamental foi a Resolução n.º 007/2003 de 26 de junho de 2003, da SETUR que tem como objetivo: “Instituir o Certificado de Reconhecimento dos Circuitos Turístico”. A resolução determina quais os pré-requisitos o circuito turístico necessita ter para receber a certificação. Dentre esses pré-requisitos estão : documentos institucionais (estatuto, CNPJ, ata de nomeação da diretoria e outros), diretrizes básicas (ter uma sede, telefone próprio, ter pelo menos um bacharel em turismo na composição da diretoria, apresentar o inventário da oferta turística dos municípios do circuito, promover pelo menos três eventos turísticos por ano, ter pelo menos um posto de informação turística em um dos municípios do circuito e outros)

4 – Resultados até o presente momento

Desde 1999 até 2005, foram organizados em todo estado de Minas Gerais mais de 35 circuitos turísticos, envolvendo mais de 400 municípios.²

Foram certificados 5 circuitos turísticos até o momento : Circuito Serra do Cipó, Circuito Verde Trilha dos Bandeirantes, Circuito do Ouro, Circuito dos Diamantes, Circuito da Serra do Canastra.

5- Considerações finais

A estratégia de regionalização do turismo adotada pelo estado de Minas Gerais já começa colher seus frutos. Um fato que merece destaque foi a utilização da metodologia participativa para o envolvimento das comunidades locais no processo de implementação da política pública. Um princípio básico do planejamento turístico sustentável. Outro fator importante foi a continuidade e contribuição por parte do novo governo em relação a uma política pública iniciada no governo anterior, o que podemos caracterizar como “sustentabilidade política”.

A letra “j” do número I do Artigo 2º da Resolução n.º 007/2003 merece atenção : *“Ter as instituições a denominação precedida de Circuito Turístico”*. Isso significa que em Minas Gerais foi adotada oficialmente a nomenclatura “Circuito Turístico” para as organizações turísticas regionais.

Até o presente momento não foi realizado nenhum estudo para verificar se realmente todas as regiões mineiras que iniciaram o processo de organização regional do turismo consolidaram essa ação. E se não consolidaram quais foram os fatores que contribuíram para isso. Da mesma forma, identificar os fatores que levaram determinadas regiões a obterem sucesso, seria fundamental para contribuição acadêmica no que diz respeito ao planejamento turístico regional.

Portanto, o modelo mineiro de regionalização do turismo, por ser ainda muito recente, necessita de tempo para se consolidar de fato. Mas de qualquer forma, a iniciativa do processo de regionalização turística foi um passo fundamental para que o estado de

² In webpage : <http://www.turismo.mg.gov.br/Circuitos/circuitos.htm> :Acesso em 10 de março de 2005.

Minas Gerais ampliasse o número de atrativos turísticos no mercado, o que anteriormente ficou por muitos anos focado apenas em suas belíssimas cidades históricas.

5- Bibliografia

- BOULLÓN, Roberto C. Planejamento do Espaço Turístico. São Paulo : EDUSC, 2002
- BENI, Mário Carlos. Globalização do Turismo : Megatendências do Setor e a Realidade Brasileira. São Paulo : ALEPH, 2003-11-09
- _____. Análise Estrutural do Turismo. São Paulo : SENAC, 1998
- _____. Política e estratégia de desenvolvimento regional. Planejamento Integrado do Turismo. In : Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec,1999
- IRVING, Marta de Azevedo. Turismo : O Desafio da Sustentabilidade. São Paulo : FUTURA, 2002
- BARRETO, Margarita. Turismo, Políticas Públicas e Relações Internacionais. São Paulo : PAPIRUS, 2003
- CRUZ, Rita de Cássia. Política de Turismo e Território. São Paulo : CONTEXTO, 2000
- DIAS,Reinaldo. Planejamento do Turismo – Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil.São Paulo,Atkas.2003
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Reflexões Sobre um Novo Turismo : Política, Ciência e Sociedade. São Paulo : ALEPH, 2003
- MOLINA, Sérgio. O Pós- Turismo. São Paulo : ALEPH, 2003
- RODRIGUES, Adyr A. B. Turismo e Geografia : Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. São Paulo : HUCITEC, 2001
- RUSCHMAN,Doris. Turismo e Planejamento Sustentável – A proteção do Meio Ambiente.Campina. Papyrus,1997
- HALL, C. Michael. Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo : CONTEXTO, 2001
- SILVA JÚNIOR, José Henrique da. A política interna de turismo no Brasil (1992- 2002). Belo Horizonte: FACE/FUMEC, c/Arte, 2004.
- BRASIL, Lei 8.181 de 28 de março de 1991 art. 2º : Reestruturação na Embratur que passa a ser autarquia especial, passando a denominar Instituto Brasileiro de Turismo.
- _____.Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República. Programa de ação para o desenvolvimento do turismo no Nordeste – Prodetur NE. Abril : 1992
- _____. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Política Nacional de Turismo: diretrizes e programas. Brasília: 1996.
- _____.Embratur. Programa Nacional de Municipalização do Turismo: Diretrizes e Procedimentos. Brasília. 2001.
- _____. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo: Diretrizes Metas e Programas.2003-2007.Brasília.
- _____.Medida Provisória nº 103 , de 1º de janeiro de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.
- PEREIRA, Cássio Avelino Soares. A trajetória da política de turismo em Minas Gerais e o papel do poder legislativo em sua transformação. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1999. (dissertação, mestrado em Ciência política)
- SILVEIRA,M,A.Tarlombini da. Turismo, políticas do ordenamento territorial e desenvolvimento. Um foco no Estado do Paraná no contexto regional.USP, tese de doutorado.2002.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Turismo – Minas Revolucionou o Turismo : A Descoberta da Potencialidade Mediterrânea. Belo Horizonte, 2002

_____. Relatório de Atividades da SETUR 1999/2002. Belo Horizonte, 2002

_____. Projeto - Desenvolvimento Turístico do Sul de Minas – Seminário Regional. Belo Horizonte.2001

_____. Plano de Infra-Estrutura Turística Regional e Participativo do Sul de Minas. Belo Horizonte, 2001

_____. Relatório de Gestão. Belo Horizonte.2002

_____. Relatório da Oficina de Monitoria do Processo dos Circuitos Turísticos.Esmeraldas.2002

_____. Relatório da oficina do plano de desenvolvimento turístico regional, no enfoque participativo. Conceição do Mato Dentro, 2001

_____. Estatísticas do Turismo Doméstico 2001 – FIP. Os resultados do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte.2001

COSTA, Manoel. Minas Revolucionou o Setor Turístico. In: Estado de Minas – Especial Turismo , Grandes Veredas-. Belo Horizonte.Set. 2001

_____. Os Destinos de Minas estão mudando. In : Estado de Minas – Especial – Paisagens Mineiras. Belo Horizonte. Dez.2001

BRANDÃO,Hudson. Minas Revolucionou o Setor Turístico. In: Estado de Minas – Especial Turismo, Grandes Veredas. Belo Horizonte. Set.2001

BOLSON,Jaisa,G.H. Histórico e Análise das Políticas Públicas de Turismo no Brasil – 1930/ 2004 - Estudo de caso Minas Gerais .Anais.VIII Encontro de Turismo com Base Local. Curitiba.2004

SECALL, Rafael Esteve. La Competitividad de Las Zonas Turísticas. Málaga, 2003

GOUVEIA, Merícia. O Cluster Turismo em Portugal. 2001

ARTAVIA, Roberto. Dinámica de los Clusters : una nueva inquietud de los gerentes. In: webpage: www.incae.com.br, 2003